

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)2 mar 2017 | O Globo | MARIANA ALVIM mariana.alvim@oglobo.com.br

Redução de áreas protegidas na Amazônia preocupa ambientalistas

Imagens aéreas do Greenpeace mostram degradação no Sul do Amazonas

Extração de madeira, de minério e atividade agropecuária avizinham cinco unidades de conservação (UCs) que poderão ter suas áreas de proteção reduzidas, no Sul do Amazonas, por um projeto em discussão no governo federal. Sobrevoos e análises de imagens de satélite feitos pela ONG Greenpeace mostram que estas unidades têm casos isolados de desmatamento e mineração ilegal, mas as pressões econômicas em seu entorno podem significar um risco para a conservação da biodiversidade caso as UCs sejam, de fato, reduzidas.



DIVULGAÇÃO/ DANIEL BELTRÁ/ GREENPEACE

Mata riscada. Sobrevoos revela flagrantes da exploração não autorizada de minérios na Floresta Nacional de Urupadi

No último dia 7, uma reunião do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, com parlamentares do Amazonas para discutir a proposta alarmou ambientalistas. A área das UCs, criadas pela presidente afastada Dilma Rousseff em 2016, poderá ser reduzida em 37% no total: a Área de Proteção Ambiental de Campos de Manicoré seria extinta, e o Parque Nacional de Acari, a Reserva Biológica de Manicoré, as Florestas Nacionais de Urupadi e Aripuanã teriam suas áreas reduzidas.

Parlamentares que defendem o projeto argumentam que a criação das UCs prejudicou os proprietários. “Tais atos foram baixados de afogadilho, um dia antes da presidente ser afastada do governo por decisão do Congresso Nacional (...) A decisão do presidente Temer vai pôr um fim no clima de intranquilidade e de insegurança jurídica”, escreveu o deputado federal Átila Lins (PSDAM) em seu perfil no Facebook. O Ministério do Meio Ambiente e o governo do Amazonas foram contra a redução.

— Vimos um conjunto de pressões que recaem sobre essas áreas, como a mineração e o desmatamento que crescem a partir de estradas e nos arredores das unidades. Felizmente, vimos casos isolados de atividade irregular nas UCs, mas ao retirar a proteção delas, o Brasil mandará um sinal verde para a grilagem e quebrará promessas com grandes investidores internacionais — diz Cristiane Mazzetti, da campanha Amazônia do Greenpeace. REGIÃO VULNERÁVEL Mazzetti sobrevoou as áreas no último dia 19, e encontrou, na Floresta Nacional do

Aripuanã, estradas que indicam a exploração de madeira — constatação reforçada pela proximidade da área de proteção com o distrito de Matupi, um polo madeireiro. Já na Floresta Nacional de Urupadi foram vistas áreas de garimpo ilegal .

A mineração também foi apontada pelo setor de Políticas Públicas da WWF-Brasil como uma das possíveis motivações por trás da proposta de redução. De acordo com levantamento de dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a WWF-Brasil constatou que há centenas de pedidos de pesquisa e lavra de minérios nestas UCs, mesmo no Parque Nacional de Acari — cuja categoria determina proteção integral e exclui atividades com uso direto de recursos naturais. Ali, há 40 pedidos de pesquisa e lavra.

Ambientalistas lembram ainda que, em 2016, a Amazônia registrou alta no desmatamento. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a devastação foi 29% maior entre agosto de 2015 e julho de 2016 na comparação com o mesmo período dos dois anos anteriores. De acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas, as UCs ficam próximas de dois dos sete municípios com maiores índices de desmatamento no estado: Apuí e Manicoré.

Confira imagens e mapas que expõem a degradação no Sul do Amazonas oglobo.com/sociedade

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)